

O novo ensino religioso: tropeço ou oportunidade?

Pedro Puentes Reyes

Resumo

O artigo apresenta uma reflexão sobre os pressupostos dos Parâmetros Curriculares Nacionais de Ensino Religioso. Ressalta que esses parâmetros não buscam, primeiramente, compreender as causas do pluralismo religioso, mas perguntam pelo quê fazer frente ao mesmo. O autor entende que a pluralidade deve ser entendida como fonte de riqueza para

a formação da pessoa. O Ensino Religioso deve oportunizar o encontro e o diálogo de pessoas iguais em valor e dignidade ante o Transcendente, mas com experiências e tradições religiosas distintas. A professora será uma facilitadora desse encontro e diálogo e o Ensino Religioso não será espaço de catequese nem de proselitismo.

Resumen

El artículo presenta una reflexión respecto de los presupuestos de los Parámetros Curriculares Nacionales de Enseñanza Religiosa. Resalta que esos parámetros no buscan, primeramente, comprender las causas del pluralismo religioso, pero preguntan por el que hacer delante del mismo. El autor entiende que la pluralidad debe ser comprendida como

fuelle de riqueza para la formación de la persona. La Enseñanza Religiosa debe oportunizar el encuentro y el diálogo de personas iguales en valor y dignidad ante lo trascendente, pero con experiencias y tradiciones distintas. La maestra será una facilitadora de ese encuentro y diálogo y la Enseñanza Religiosa no será espacio de catequesis ni de proselitismo.

Abstract

This article presents a reflection about the presuppositions within the National Curricular Parameters of Religious Education. It emphasizes that in the first place, these parameters do not seek to understand the causes of religious pluralism, but instead ask what to do when confronted with this pluralism. The author understands that this pluralism should be understood as a source of richness in a

person's formation. Religious education should provide the opportunity for the encounter and dialogue of persons who are equal in value and dignity before the Transcendent but who have different experiences and religious traditions. The teacher will be the facilitator of this encounter and dialogue and Religious Education will not be a space for catechesis nor for proselytism.

Introdução

Duas foram as circunstâncias que fizeram surgir este texto, circunstâncias estas que marcam o texto de modo significativo. A primeira é uma série de diálogos com colegas da área de educação do Instituto Ecumênico de Pós-Graduação (IEPG), em São Leopoldo, em torno do texto dos Parâmetros Curriculares Nacionais de Ensino Religioso (PCNER). Em tais ocasiões a inquietação básica era: que “princípio” ou “postura” possibilita a prática de um Ensino Religioso que conserve a proposta dos PCNER? A segunda circunstância é uma

turma de graduandos/as de Ciências da Religião da Universidade Regional de Blumenau a poucos dias do seu estágio.

Em ambos os casos o tratamento do tema não é conduzido sob um eixo teológico, próprio de um diálogo inter-religioso, e sim a partir da antropologia. Isto é, não discuto a validade teológica dos delineamentos contidos nos parâmetros, mas assumo tais delineamentos como uma nova possibilidade de espaço-aprendizagem para um diálogo que busca levar em conta a diversidade religiosa deste país, o Brasil.

1. A alteridade como possível marco de tratamento do ensino religioso

Os PCNER, em consonância com a nova Lei de Diretrizes e Bases (LDB), assinalam que a pluralidade cultural brasileira encontra-se presente também no religioso. Já em sua introdução eles apontam que a presente proposta educacional foi elaborada por educadores de diversas tradições religiosas, objetivando assim o encontro de todas as tradições religiosas. Tal forma de proceder responde à “necessidade de fundamentar a elaboração dos diversos currículos do Ensino Religioso (ER) na pluralidade cultural do Brasil”¹. Deste modo, se estabelece uma “simultaneidade complementar” de duas realidades conhecidas, na maioria das vezes, como antagônicas e irreconciliáveis, a saber, a *pluralidade* e o *religioso*.

Não obstante, tudo parece sugerir que a ênfase proposta pelos PCNER não

se encontra no “porquê” dessa pluralidade religiosa. Não se procura estudar as possíveis causas da diversidade religiosa, da qual existem exposições a partir de diferentes ciências. O acento recai no “que fazer” ante essa realidade inegável. Isto é, propõe-se como ponto de partida do trabalho educativo na disciplina de ER um *estar situado*. Um encontrar-se “em meio a” e “frente a” outros/as com sua religiosidade.

Neste sentido, os PCNER querem ir além da mera *constatação* da existência de outros/as diferentes. Não se trata de saber ou tomar conhecimento de que outros/as diferentes se encontram ao redor de ou frente a cada um/uma de nós. Os PCNER chamam a atenção ao olhar costumeiro e comum dirigido àqueles/as outros/as diferentes – olhar esse que torna transparente, no sentido de invisível

bilizar, a este/a outro/a com todo o seu mundo diferente. Sem dúvida,

“é verdade que diante dum outro posso desviar o olhar, mas não simplesmente ignorá-lo, ou seja, esse ‘ignorar’ seria apenas uma modificação do ‘ser olhado por’. Na presença dum outro, de alguma forma estou sendo exigido por ele, mas ele também o está por mim. Valem as duas coisas: ele está na minha presença e eu na dele.””

1.1. Essa pluralidade: os/as outros/as e a “seiva-alteridade”

O acima exposto já antecipa que essa pluralidade requer para seu tratamento um *algo* que permita não só manter essa pluralidade, mas reconhecê-la como fonte de riqueza com vistas à formação do/a cidadão/ã. Esse *algo* que possibilita a manutenção desse rico e complexo tecido dos diversos mundos religiosos pode ser, neste caso, chamado de *seiva-alteridade* – seiva entendida como “cola-nutriente” que sustenta e promove uma humanidade gregária em diversidade. No tocante ao ER, se faz um convite para passar de uma certa alteridade vivenciada no cotidiano do espaço escolar a uma alteridade assumida. Isto é, um espaço onde se manifeste o gregário-diferente conscientemente. De uma certa alteridade como ponto de partida para uma nova “compreensão-vivência” da mesma no decorrer do processo educativo.

Parece que a *seiva-alteridade* se baseia, neste caso, no entendimento de que todos/as são o/a outro/a dos/as outros/as e iguais ante o Transcendente. É um encontro de iguais em valor, dignidade e respeito. Isto é, a alteridade no ER co-

meça declarando a liberdade para a diferença do/a outro/a e, portanto, a necessidade do/a outro/a de ser diferente como base da construção de sua identidade. Neste sentido a alteridade está mais interessada em estabelecer um verdadeiro encontro e diálogo entre todos/as, outros/as diferentes do que em definir se esse/a outro/a é verdadeiro/a ou falso/a.

Quando assinalamos que os/as “outros/as-todos/as” são iguais em valor, dignidade e respeito, estamos apontando que não é um encontrar-se para logo ser submetido ao interesse de um/a dos/as integrantes desse encontro, nem que exista uma tradição religiosa que se sobressaia sobre as outras e tenha prioridade no diálogo. Alteridade implica ENCON-OUTRO/A. Quer dizer, o/a outro/a nunca chega a ser um *objeto* de minha análise ou conhecimento, mas é sempre um *sujeito* que me introduz e envolve em seu mundo e exige o mesmo de mim. Brandão afirma a esse respeito:

*“Uma idéia derivada, muito interessante na Antropologia, é que ‘o outro’ só se dá a compreender quando nós formos capazes de decifrá-lo a partir do seu próprio ponto de vista. Isso não significa fingir que ‘eu sou o outro’. Não significa, por exemplo, tentar fazer com que ‘o outro’ seja explorado como informante, para que eu tire dele tudo o que ele pode dizer e, a partir desse material, fazer a minha interpretação. Significa que eu devo ser capaz de, primeiro, pensar a cultura do ‘outro’ através dos termos com que ela se pensa a si própria para, depois, então, a partir daí, ser capaz de associar a compreensão de tal cultura, com base em seu próprio ponto de vista, a minha lógica.”*³

Anteriormente apontamos que os PCNER se dirigiam ao “que fazer” ante essa pluralidade. Quer dizer, o que fazer com esse estar situado “em meio a” e “frente a” os/as outros/as diferentes. O que se está assinalando é que em meio a essa realidade plural a pessoa existe com uma opção ética: excludo/includo, ignoro/reconheço, assumo/evito.

Deste modo, um primeiro elemento exigido para o diálogo em alteridade se dirige não somente à necessidade de sustentar a igualdade como um direito, mas transformá-la em atitude e conduta que contribua para garantir a gregária-diversidade-humanidade.

O segundo tem relação com a atitude de escutar, mais que falar. O/a outro/a que ali se encontra não é um ouvido de minha fala, mas boca-atuante do seu mundo e eu ouvido-co-participe desse encontro-falar.

O terceiro é a ação-atitude humildade. A alteridade no ER é o esforço por deixar-se introduzir no universo do/a outro/a guiado/a por esse/a outro/a mesmo/a. Isso exige reconhecer que não se conhecem os caminhos para percorrer o mundo desse/a “outro/a-diferente” e que me é necessário abandonar-me a ser guiado/a por ele/a.

Dessa forma, o ER deseja criar o espaço onde se manifeste o diferente para crescer na alteridade.

1.2. A alteridade e o Ensino Religioso

Essa *seiva-alteridade* também quer ser eixo e marco delimitador dentro do qual os PCNER propõem desenvolver esta disciplina. A partir desse pressuposto se faz necessário desdobrar alguns dos conceitos para entender qual a realidade que se quer construir e, assim, encontrar linhas que possam direcionar o Ensino

Religioso. Consideraremos de modo sucinto os conceitos de Deus e de revelação em relação à nova disciplina.

1.2.1. De Deus ao Transcendente

A atual proposta de ER contida nos PCN desta disciplina considera como objeto de seu estudo o fenômeno religioso, o que faz com que exista um deslocamento do conceito de Deus, compreendido a partir da tradição religiosa cristã, para o conceito de Transcendente entendido como mais abrangente. Isto é, a partir da alteridade se quer pôr fim à pretensão de criar uma única noção de divindade, seja por meio de uma síntese dos diversos entendimentos existentes nas diversas tradições religiosas ou pela imposição de um entendimento unilateral. Tal intenção esquece o princípio dos PCNER, ao não considerar o/a outro/a e seu mundo. No fundo tal procedimento é um intento de harmonização do diferente, e não alteridade.

O acima exposto encontra parte de sua fundamentação no fato de que a partir da alteridade se compreende o Transcendente como aquela realidade que se localiza fora dos limites humanos, no sentido de ser um OUTRO distante e diferente. Portanto, nunca poderá ser abarcável por uma só experiência ou visão (tradição religiosa) humana. Neste sentido, abre-se também a necessidade do encontro dialógico no âmbito do que se tem de mais sagrado, a Divindade, o Transcendente.

1.2.2. Da revelação às tradições religiosas

Assinalamos que o Transcendente é uma realidade que se encontra nos limi-

tes de qualquer possibilidade humana ao ponto de não ser possível contê-la ou abarcá-la na sua totalidade. Desta forma, cada experiência ou fenômeno religioso fundante dá origem a uma tradição religiosa que se converte em relevante. Neste sentido, já não existe uma experiência mais valiosa frente a outra. Por isso, a partir da alteridade, a disciplina de ER passa de uma função catequética ou formação de valores baseada no cristianismo para a análise dessa experiência, o fenômeno religioso, em suas estruturas comuns. Isto é, o objeto de estudo já não é Deus e seus mandamentos, mas as diversas experiências que os

seres humanos tiveram e têm com o Transcendente – experiência ou fenômeno organizado e sistematizado em uma tradição religiosa. Isso, por sua vez, faz com que as tradições religiosas adquiram o status de fontes do conhecimento deste fenômeno. Todas e cada uma delas são vistas como relevantes para o encontro-diálogo enriquecedor da formação humana.

Dessa forma, a partir da consideração do Transcendente, o ER quer ser mais uma contribuição para a reafirmação da escola como lugar de encontro, diálogo e entendimento com vistas à formação de um/a cidadão/ã que construa a paz.

2. Pluralidade-alteridade e o/a professor/a

A pluralidade foi mencionada como uma das características do ER proposto nos Parâmetros Curriculares desta disciplina. Por outro lado, observamos que ela exige uma dinâmica organizativa que demanda um posicionamento chamado ético-existencial, a alteridade.

Conscientes de que essas mudanças no ER trazem implicações em diferentes pontos do processo de ensino e aprendizagem, nos centraremos no/a professor/a, atendendo, desta forma, a uma das indicações dos PCNER:

“Tal Ensino Religioso exige para seu ministério (...) um profissional de educação sensível à pluralidade, consciente da complexidade socio-cultural da questão religiosa e que garanta a liberdade do educando, sem proselitismo.”⁴

Estas indicações buscam levar em consideração o que é expresso num dos seus objetivos gerais:

“proporcionar o conhecimento dos elementos básicos que compõem o fenômeno religioso, a partir das experiências religiosas percebidas no contexto do educando”⁵.

De modo geral existe o acordo de que é necessário respeitar a crença do/a outro/a e levá-la em conta, criando espaços para que todos/as possam manifestar sua visão de mundo oriunda da sua religião. No entanto, tal consciência não necessariamente se traduz em atitude e/ou conduta, surgindo dificuldades. Proponho centrar nosso olhar na relação entre pluralidade e alteridade em cada um de nós, professores/as. Especifica-

mente em três aspectos: a introjeção da pluralidade, o medo e o poder.

2.1. Introjeção da pluralidade no âmbito pessoal ou a possessão

Por que é difícil considerar a religião do/a outro/a tão sagrada como a minha? Faz parte de cada religião a exclusão de todo pensamento e prática religiosa diferente? Manter as diferenças é só coisa de fanatismo?

Proponho, como recurso didático, conduzir a reflexão deste ponto pela trilha do capítulo 2 do texto *Dogmatismo e tolerância*, de Rubem Alves⁶.

2.1.1. Construção de mundos: a linguagem

“Os limites da minha linguagem denotam os limites do meu mundo” (Wittgenstein).

Com esta citação Rubem Alves nos quer dizer de onde e como surge o mundo no qual cada um/a de nós vive. Diferentemente dos animais, para os quais tudo quanto precisam saber para sobreviver se encontra inscrito em seus corpos e se expressa no que chamamos de instinto, o ser humano tem que aprender. Essa aprendizagem é conservada e transmitida pela linguagem, de modo que “a linguagem que falamos é um substituto social para uma programação comportamental que não herdamos”⁷. Desta forma:

“Os mundos humanos são construídos por meio da linguagem, preservados por ela, ensinados e transmitidos pelo ‘tênuo fio da conversa-

ção’ (...). O meu mundo (...) veio a existir por meio da linguagem. Primeiro a linguagem da minha mãe, pai e irmãos, que me disseram como as coisas se chamam, e por que elas são do jeito que são. Foram elas que me introduziram ao mundo dos deuses e demônios, do pecado e da culpa, do perdão e da alegria. Falavam, e da sua fala jorravam rótulos e mais rótulos que se colavam às coisas, tanto assim que para mim as coisas passaram a ser os rótulos que as denominavam. Minha linguagem, meu mundo.”⁸

O que o autor nos diz é que nossos pais e demais familiares não só nos ensinaram a falar. Juntamente com a fala vinha também a construção da realidade; o que é e o que não é.

No âmbito religioso, podemos dizer que ao aprender a falar nos foi ensinado a quem falar (denominado Deus, Jesus, Alá, Orixá, Krishna, etc.), como falar e como é esse a quem se fala. Isto é, a fala ensinada é ao mesmo tempo uma linguagem-forma de construir o mundo dentro do qual se desenvolve a vida. Por isso podemos dizer que de alguma forma vivemos o que falamos e falamos o que vivemos.

Agora bem, como se aplica o acima exposto à religião? O religioso encontra-se fora dessa construção humana? Nosso autor diz que “religiões são organizações simbólicas do mundo. (Cabe perguntar:) Como distinguir a linguagem religiosa de todas as outras linguagens?”⁹ Rubem Alves nos sugere que a chave é a força normativa que tem a linguagem religiosa.

“A linguagem religiosa dá nome às coisas, organiza a experiência, mapeia os caminhos, indica as zo-

*nas obrigatórias, as permitidas, as proibidas, diz o que deve ser feito e o que não pode ser feito. Cada religião é uma organização arquitetônica do real, a morte do corpo natural do homem e sua ressurreição sob uma nova forma. E será este corpo lingüístico que irá dizer ao crente o que deve sentir, em que deverá encontrar prazer, o que deverá fazer.*¹⁰

Pode-se observar que cada religião é um mundo coerente e compacto em si. E cada mundo-religião, para assegurar seu caráter autoritativo e normativo, sacraliza ou torna sagrados a linguagem e o mundo por ela produzido.

2.1.2. Do um para o mais: crise existencial?

Na maioria das vezes a linguagem-mundo-religião se apresenta como absoluta e excludente em relação a qualquer outra possibilidade. Deste modo, toda novidade ou mudança traz uma crise. Para Alves, a figura que melhor descreve cada mundo construído pelos humanos é uma bolha.

*“Contemplando estes muitos mundos de fora é como se vissemos um floco de espuma de sabão, com as inúmeras bolhas, coladas umas nas outras. Cada bolha, um mundo. Mas o fiel não está, como o cientista social, olhando de fora. Ele está dentro de uma e não mais que uma, das inúmeras bolhas. E a bolha, que vista de fora é uma entre muitas, de dentro aparece como universo único, infinito, fora do qual só existem caos e dissolução.”*¹¹

Dado que cada linguagem-mundo-religião outorga organização à existência e preservação da vida, qualquer mudança no mundo-religião afetará a organização e a preservação. Se isto é assim numa mudança, tanto mais numa censura ou eliminação. Talvez agora possamos entender parte das razões pelas quais alguns grupos indígenas preferiram a morte a trocar seus deuses.

*“Dizer que há outros universos possíveis é dizer que a mais bela flor não é a mais bela flor, que os deuses não são deuses. Por isto a linguagem religiosa sente vertigens diante de qualquer tipo de pluralismo e relativismo. Os pregadores de alternativas devem ser liquidados. Os deuses são ciumentos e intolerantes. Pelo menos, é só assim que os conhecemos.”*¹²

Não obstante o exposto anteriormente, a linguagem tem uma outra característica, a funcionalidade, o que pode ser exemplificado da seguinte forma. Numa ilha do sul do Chile os/as antigos/as explicavam a gravidez das moças solteiras com “El Trauco”. Era um personagem masculino mitológico que habitava na floresta e que atacava as moças que entravam nela sozinhas. Ele era o responsável pela gravidez das moças. Tal explicação da gravidez hoje não satisfaz mais, a crença no Trauco já não existe. Isto é, este mundo construído e esta linguagem já não é mais falada, sua eficácia terminou. Em seu lugar há outra linguagem, outro mundo.

“Linguagens são receitas (...) Elas contêm os ingredientes e as operações para se produzir algo. Enquanto as linguagens mantêm-se eficazes para produzir o desejado, elas

permanecem. A permanência de uma linguagem depende de sua funcionalidade. E enquanto ela funciona bem, não fazemos perguntas sobre a sua verdade. O que funciona é verdadeiro."¹³

Um dos desafios propostos ao Ensino Religioso é olhar o mundo religioso já não mais dividido e organizado gradativamente desde os bons até os maus, mas sim como pessoas com organizações diversas procurando preservar a vida e sua riqueza. Deste modo, fomos chamados a mudar os problemas e com eles a noção de Deus.

*"Deuses são ferramentas, as mais fortes, mais potentes, mais eficazes, para resolver nossos problemas mais prementes. Quando os problemas mudam, mudam os deuses também."*¹⁴

2.1.3. Além do juízo: des-divinizar/des-demonizar

Aquilo que nos pode parecer terrível, a construção do mundo pela linguagem, é a grande diferença do ser humano em relação ao animal. Enquanto o animal não pode ser mais que o tipo de animal que seu corpo lhe permite, o ser humano não se encontra limitado a seu corpo: pode nadar como um peixe, voar como uma ave e conduzir-se sobre a terra das mais diversas formas. Por isso, escreve o autor: "Os animais estão condenados aos seus corpos. Nasceram com eles, morrem com eles. Um beija-flor

não pode se converter à maneira de ser dos pica-paus (...). Os homens podem se converter."¹⁵ Ou seja, a vantagem do ser humano é a mobilidade através dos mundos, construídos pela linguagem, e por isso mundos funcionais.

Hoje o papa viaja de carro, mas houve uma época em que o carro foi condenado por ser mais veloz que o cavalo, o que era considerado contra as leis de Deus instauradas na natureza. Tal preocupação continha, entre outras, a seguinte pergunta: viajar além da velocidade da natureza produzia ou não um deslocamento da alma do corpo? Tal questão hoje não nos preocupa mais. Já dentro do carro, com a bênção da Igreja, hoje nos preocupam a poluição e os motoristas irresponsáveis, e não o carro.

*"É porque o homem habita o mundo da linguagem que ele pode abandonar um mundo para emigrar para outro. Ele se converte – passa a falar de forma diferente, dá novos nomes às coisas velhas e, com isto, as coisas velhas se tornam novas, o proibido se torna permitido e o permitido se torna proibido."*¹⁶

Evidentemente as mudanças não se aproximarão na medida em que a lógica dos contrastes seja a que organiza as formas do pensar. O divino e o demoníaco são realidades que "com-vivem". Isto é, nunca os maus ficam lá e os bons aqui. Eles sempre existem em ambos os lugares. Deste modo a religião do outro começa a tornar-se tão sagrada quanto a minha.

3. O medo: da transfiguração dos demônios

Como aproximação usaremos algumas imagens do filme “A festa de Babete”: num pequeno povoado à beira do mar nórdico, o que mantinha unidas as pessoas, apesar do clima inóspito, era sua religiosidade. Na data da comemoração do aniversário do falecido fundador da comunidade religiosa, Babete, a cozinheira, refugiada da França, ofereceu-se para preparar um jantar francês em gratidão pelo asilo. Nos últimos 10 anos a sua reputação culinária vinha sendo reconhecida pelos pobres do povoado e pelas filhas do fundador, agora líderes da comunidade, com as quais morava. A oferta foi aceita, e no devido tempo chegaram os alimentos encomendados para o jantar: uma tartaruga, codornas, vinhos, champanhe, verduras, temperos, etc. Frente à diversidade de alimentos esquisitos e sua forma de preparo uma das líderes da comunidade começou a ficar com medo. O medo a levou a sonhar com os alimentos de uma maneira tortuosa. Os sonhos, o seu medo e a sua preocupação a levaram a concluir, junto com toda a comunidade religiosa, que o jantar de Babete tinha relação com o mal. A grande decisão a ser tomada pela comunidade era participar ou não do jantar. E caso participassem, o que fazer para não serem influenciados ou possuídos pelo mal? – O relato fica por aqui.

Considero fascinante a história do filme. O que me intriga é a mudança sofrida pelas pessoas ante Babete. De conhecida foi convertida em desconhecida, de benfeitora foi tornada maléfica. Como isso pode acontecer sem existirem mudanças na pessoa? O que é que as pessoas enxergaram em Babete que as levou a tal distanciamento?

3.1. Identidade-alteridade

Em algum sentido a identidade se encontra relacionada ao “o mesmo”, como já o diz a palavra “identidade” (idêntico). Talvez outra maneira de denominar a identidade seja “pertença”. Isto é, em geral, possuir os elementos distintivos e característicos daquilo que foi referência significativa na construção da personalidade e do mundo. Apesar das muitas mudanças, geralmente, algum elemento vai assinalar a origem: o sotaque, a vestimenta, a comida, as canções, os ritos, a religião, etc. Alguma coisa nos remete aos iguais que nos formaram e contribuíram na construção do nosso mundo.

No caso de Babete, ela conseguiu ser aceita pelos diferentes, mas alguma coisa fez com que o grupo a considerasse estranha e por isso a tratasse de maneira diferente.

3.2. Ocultador da pessoa: o rito

Continuando com Babete, observamos que quando ela começou com o preparo dos alimentos, começaram também os problemas. O que existe no preparo dos alimentos que tem a força de distanciar um/a do/a outro/a? O preparo dos alimentos em cada grupo tem um jeito próprio, um ritual. Ela fez um jantar francês, e precisava do jeito-ritual francês, que não era conhecido entre os nórdicos. A comida e o jeito apareceram como esquisitos. A conhecida cozinheira tornou-se desconhecida.

Minha proposta é que o rito, de alguma forma, faz com que as pessoas fiquem ocultas ante aqueles que não conhecem o ritual e estão assistindo ao evento. As pessoas ficam imersas no ritual. Entre os iguais, aqueles que conhecem o ritual, não existe conflito pois cada um fará aquilo que o ritual exige. No entanto, para aquele que não conhece o ritual, os movimentos do mesmo lhe são estranhos. Parece que simultaneamente se produzem as mesmas atitudes entre os atores e os observadores, a saber, a estranheza e o distanciamento.

Isto é, sem o conhecimento dos códigos do ritual não se sabe como proceder. Desta forma abre-se um espaço para o desconhecido – o qual ocorre geralmente quando se participa de uma manifestação religiosa que não é do nosso domínio. As pessoas conhecidas adquirem comportamentos estranhos, segundo nosso entendimento. Mas para estes, os estranhos somos nós, por não nos comportarmos da mesma forma. Tal desconhecimento leva a uma certa insegurança que pode resultar num medo e, com isso, no distanciamento desse grupo ou pessoa.

Desconhecimento, insegurança e medo formam uma cadeia que muitas vezes sustenta um comportamento de exclusão. Nem sempre é fácil administrar a insegurança e o medo, mas saber quais são as causas pode ajudar.

3.3. A força do trono compartilhado ou o poder circulante: além da lógica claro/escuro

De Michel Foucault aprendemos que o poder não é algo que permanece

em um lugar e ao qual, portanto, só alguns têm acesso. Ele nos diz que o poder mobiliza-se por todos os espaços da sociedade: desde o núcleo familiar até o Estado. Assim sendo, todos nós de alguma forma administramos algum tipo de poder, e os/as professores/as não são exceção.

Desde que foram pronunciadas as palavras “conhecimento é poder” perdemos a inocência. Por exemplo, nossa tradição religiosa diz que foi o conhecimento adquirido sobre o bem e o mal que tornou mais poderoso o ser humano. Tão poderoso que a divindade chegou a dizer: “como um de nós”, comparando o conhecimento do ser humano ao divino. O resultado foi a expulsão do paraíso. Parece que o poder traz problemas desde muito tempo.

3.3.1. Poder do conhecimento: ou suposto desde fora (a questão da identidade e compromisso)

No Ensino Religioso o conhecimento do fenômeno religioso pode dar a impressão de domínio do Sagrado do/a outro/a. Mas, na realidade, o conhecido não é nada mais que a estrutura organizativa comum a todo fenômeno religioso e os elementos característicos ou distintivos de cada religião. No fundo, só temos conhecimento do exterior de um fenômeno ou religião. Neste sentido o ER possibilita ao/à educando/a a consideração e avaliação do próprio fenômeno religioso em primeiro lugar, e dos precedentes das outras matrizes religiosas, conforme os objetivos propostos nos PCNER.

Considerando o acima exposto, o que nunca poderá ser conhecido e sobre o qual, por isso, jamais se terá o poder, é

a experiência que o fenômeno religioso oferece a seus adeptos, isso devido ao fato de que a experiência não é traspasável. Desde fora nunca será possível conhecer o que um fenômeno religioso é na experiência. Neste ponto a disciplina de Ensino Religioso será sempre cega, pois a sala de aula não é o lugar de experiência da fé.

3.3.2. O poder do belo e do esquisito, ou “O patinho feio”

A última observação diz respeito ao poder que exerce o belo ou o exótico. As formas de expressão de uma religião podem ser conhecidas ou domesticadas e, por isso, podem parecer mais aceitáveis. Porém outras, por suas formas exóticas, causam um fascínio, atrativo. Mas o que fazer frente às formas não domesticadas ou que não nos fascinam, atraem?

Uma das coisas que surpreende no conhecido conto infantil “O patinho feio” é o uso que se faz da beleza. Parece que se nos quer dizer (ou advertir) que a beleza é que traz aceitação e felicida-

de. Se essa é a tendência humana, aceitar o belo e rejeitar o não-belo, devemos estar atentos a nossas reações ante determinadas manifestações religiosas. O poder do belo e do exótico tem a sua força de coesão e exclusão.

Conclusão

O exposto até aqui quer ser um auxílio para o/a professor/a no tocante à reflexão sobre a construção de uma prática pedagógica e seu desenvolvimento na sala de aula. O conceito que me vem à mente é “facilitador”, entendendo sob este termo aquele/a que procura estabelecer o encontro do/a educando/a e seu próprio contexto real. Isto é a sua tradição religiosa bem como a do/a outro/a.

No que diz respeito ao âmbito da fé cristã, creio que a proposta trazida pelos PCNER, não sendo a última palavra, levanta um sem-número de perguntas que enriquecem a reflexão sobre a nossa confissão cristã de que Deus é amor e sobre um ser humano feito à sua imagem e semelhança.

Bibliografia

- ALVES, Rubem. *Dogmatismo e tolerância*. São Paulo : Paulinas, 1982. 172 p.
- BRANDÃO, Carlos Rodrigues. Impor, persuadir, convidar, dialogar: a cultura do outro. In: VV. AA. *Inculturação e libertação*. São Paulo : Paulinas, 1986. p. 9-17.
- EBELING, Gerhard. *O pensamento de Lutero* : uma introdução. São Leopoldo : Sinodal, 1988. 224 p.
- PARÂMETROS Curriculares Nacionais de Ensino Religioso. São Paulo : Ave Maria, 1997. 63 p.

Notas

¹ Parâmetros Curriculares Nacionais do Ensino Religioso, p. 5.

² Gerhard EBELING, *O pensamento de Lutero*, p. 154.

- ³ Carlos Rodrigues BRANDÃO, *Impor, persuadir, convidar, dialogar*, p. 13.
- ⁴ Parâmetros Curriculares Nacionais de Ensino Religioso, p. 5.
- ⁵ *Ibid.*, p. 30. Destaque meu.
- ⁶ Ruvem ALVES, *Dogmatismo e tolerância*, São Paulo : Paulinas, 1982.
- ⁷ *ID.*, *ibid.*, p. 21.
- ⁸ *Ibid.*, p. 22.
- ⁹ *Ibid.*, p. 25.
- ¹⁰ *Ibid.*, p. 25s. Destaque meu.
- ¹¹ *Ibid.*, p. 26. Destaque meu.
- ¹² *Ibid.*
- ¹³ *Ibid.*, p. 30.
- ¹⁴ *Ibid.*
- ¹⁵ *Ibid.*, p. 23.
- ¹⁶ *Ibid.*, p. 24.

Pedro Puentes Reyes
a/c Iglesia Luterana en Chile
Casilla 16067
Santiago
Chile